



ÂNGELA TENILLY RIBEIRO LOPES

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PARA O SUCESSO ESCOLAR

**REDENÇÃO-CE
2014.**



ÂNGELA TENILLY RIBEIRO LOPES

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PARA O SUCESSO ESCOLAR

Monografia apresentada à
Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira - UNILAB como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gestão Pública Municipal – modalidade
à distância.

Orientadora Jeannette Pouchain

**REDENÇÃO-CE
2014.**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)

Biblioteca Setorial Campus Liberdade

Catálogo na fonte

Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170

L85i Lopes, Ângela Tenilly Ribeiro.

A importância do planejamento para o sucesso escolar. / Ângela Tenilly Ribeiro Lopes. Redenção, 2014.

60 f.; 30 cm.

Monografia do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Jeannette Pouchain.
Inclui Referências.

1. Administração Pública. 2. Educação. 3. Gestão. 4. Professores e alunos. I. Título

CDD 354

ÂNGELA TENILLY RIBEIRO LOPES

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PARA O SUCESSO ESCOLAR

Monografia apresentada à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal – modalidade à distância.

Data de aprovação: ____/____/____

ORIENTADORA: Jeannette Pouchain

BANCA EXAMINADORA

Professor (a) M.S.

Professor (a) M.S.

Coordenador do Curso

Planejar, em sentido amplo, é um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para a superação, de modo a atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas sem desconsiderar as condições do presente e as experiências do passado, levando em conta os contextos e os pressupostos filosófico, cultural, econômico e político de quem planeja, com quem se planeja para que e para quem se planeja.

Padilha - 2001

Dedico

Aos mestres que souberam valorizar nossos esforços e enriqueceram nossos saberes com seus saberes.

A Aldair Andrade, companheiro, parceiro, que me apoiou, me incentivou e me fez acreditar que era capaz.

Ao meu filho Angelo Gabriel, meu amigo, companheiro, que amo com toda minha força. E, especialmente à minha irmã Katia Cilene, que com toda sua paciência, me auxiliou, e sempre auxilia, nos momentos em que eu mais preciso.

Agradecimentos

Agradeço

A Deus pela força concebida, pela coragem adquirida e, pela esperança sempre renovada em minha vida.

Ao sobrinho Kaio Lukas, aos amigos Diana Oliveira, Leonilde Barbosa, Claudio Eduardo e Izabel Cristina pela força nos momentos difíceis e especialmente a Allan Tyson e Kátia Cilene por serem tão presentes e fundamentais em minha vida.

À orientadora Jeannette Pouchain pela atenção e paciência a mim dispensadas.

RESUMO

O Planejamento, no âmbito educacional, vem sendo discutido atualmente nas esferas municipal, estadual e federal e acompanha uma tendência cada vez mais utilizada pela escola pública, que visa à melhoria da qualidade do ensino no Brasil. Cada vez se estuda mais formas de melhorar o ensino no país e isso está mexendo e incomodando muita gente que prefere não se envolver nesse processo e continuar do mesmo modo que há dez anos ou mais. Se as autoridades competentes passarm a se importar com a educação do país, devemos aproveitar para exigir mais e mais qualidade. Se para isso tivermos que sacudir de suas cadeiras confortáveis certos colegas adormecidos e *encarquilhados de ferrugem nova*, devemos fazê-lo. Os governos resolveram investir um pouco mais em educação, esperando mudar os resultados obtidos nos anos anteriores e melhorar a imagem do país. Para isso, lançaram mão de inúmeros meios de avaliar a prática docente, seja pelas avaliações internas ou externas, seja pintando nossos mapas ou injetando projetos e programas para tratar dessa doença chamada de “desinteresse pelo aprender a educar”. O presente estudo, idealizado para nortear a prática educativa no que se refere ao planejamento escolar, tem por objetivo contribuir para uma reflexão acerca de questões inerentes ao fazer pedagógico e sua repercussão no cotidiano escolar. No tocante ao Planejamento em si, podemos vislumbrar a sua importância na ação educativa, pelo enfoque que se dá atualmente a essa prática, que é tão relevante para uma educação de qualidade para todos. O que se espera é que, além do interesse dos governantes, que toda a sociedade – e comunidade escolar – abrace essa causa com vontade de ganhar sempre mais credibilidade e força. Com a união de todos nós, poderemos vislumbrar um futuro com cidadãos protagonistas de sua própria história, conscientes, reflexivos, preparados e capazes.

Palavras –chave: Planejamento. Processo. Educação. Escola. Coordenação. Professor.

ABSTRACT

The Planning, in the educational field, is currently being discussed in the municipal, state and federal levels and follows a trend increasingly used by the public school, which aims to improve the quality of education in Brazil. Every time studying more ways to improve education in the country and this is stirring and troubling many people who prefer not to engage in this process and continue the same way for ten years or more. If the competent authorities have to care for the education of the country, we must seize to demand more and more quality. If to this we have to shake some of their comfortable chairs and sleeping colleagues shriveled rust again, we should do it. Governments decided to invest a little more in education, hoping to change the results obtained in previous years and improve the country's image. For this, seized numerous means of assessing teaching practice, either by internal or external assessments, whether painting or injecting our maps projects and programs to address this disease called "disinterest in learning to educate." This study, designed to guide educational practice in relation to school planning, aims to contribute to a reflection on the inherent pedagogical issues and make their impact in daily school life. Regarding the planning itself, we can see its importance in the educational activity, which is currently the focus of this practice, which is as relevant to a quality education for all gives. The hope is that, besides the interest of the rulers, the whole society - and the school community - to embrace this cause will always gain more credibility and strength. With the unity of us all, we can envision a more peaceful future with conscious, reflective, prepared and capable citizens.

Keywords: Planning. Process. Education. School. Coordination. Teacher.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
1.1	Metodologia	15
2.	REVISITADO CONCEITOS E A HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL	19
2.1	Características do Plano de Ensino.....	21
2.2	Projeto Político Pedagógico.....	22
2.3	Planejamento Educacional (Um pouco da História)	23
2.3.1	Planejamento Participativo	26
2.3.2	Planejamento Estratégico	27
2.3.3	Etapas Importantes na realização do Planejamento	28
2.3.4	Aspectos do Planejamento	30
3.	ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS E CURRICULARES E DO TRABALHO DOCENTE	33
3.1	Curriculo Escolar	35
3.2	O Professor, sua Formação e Valorização	37
3.2.1	Implicações da valorização e da formação do professor .	42
3.2.2	Propostas estruturais	43
3.2.3	A Importância dos Conselhos e Colegiados.....	45
3.4	A Coordenação Pedagógica e a Equipe Escolar.....	47
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	56

1. INTRODUÇÃO

O ser humano é algo mutável e instável por natureza, inacabado e sempre incompleto. Por isso sua eterna ânsia por respostas e sua busca pelo conhecimento, o intangível conhecimento, pois nunca se sabe tudo, nunca se sabe completo, nunca se sabe acabado e pronto.

O tempo é o grande responsável por essa instabilidade, pois vai acrescentando ainda mais questionamentos e ampliando o leque de elementos que favorecem o dispersar dos pensamentos cada vez mais. O objetivo que cada ser tem dentro de si é o que direciona e redimensiona, delimita e sintetiza o que se quer, o que se pode e o que se deve fazer para, nessa busca, encontrá-lo.

O presente estudo, idealizado para nortear a prática educativa no que se refere ao planejamento escolar, tem por objetivo contribuir para uma reflexão acerca de questões inerentes ao fazer pedagógico e sua repercussão no cotidiano escolar.

Partindo do pressuposto de que o planejamento é uma ferramenta que serve como alicerce de um ensino de qualidade, entendemos que é a partir dele que o professor consegue organizar seu trabalho de forma clara e consistente.

Este trabalho encontra sua importância na consideração de que não tão recentes estudos já visavam à descentralização das políticas educacionais, quando as escolas passaram a ser unidades executoras, responsabilizando-se pela administração não só pedagógica, mas dos recursos financeiros das mesmas, quando elas dependiam exclusivamente das prefeituras municipais e das secretarias de educação, que nunca dispunham de verbas suficientes para mantê-las.

Na perspectiva de que o planejamento é uma ferramenta básica e indispensável para a aquisição de um ensino de qualidade, é tão somente clara a importância do mesmo para a organização e embasamento do trabalho do educador para um resultado eficiente da aprendizagem.

Necessário se faz, portanto, que o planejamento possa assumir um caráter cada vez mais participativo e estratégico no âmbito escolar, onde o que se propõe no início do ano e a função da escola tenha mais sentido não só para o aluno, mas para toda a comunidade escolar integrada no mesmo objetivo e que este consiga ser alcançado, se não totalmente, pelo menos parcialmente, vistos e avaliados os esforços para esse fim.

O interesse por esse trabalho se originou pelo fato de, como ser humano, poder verificar mais atentamente o quão importante é o planejamento em nossa prática cotidiana em todos os aspectos de nossas vidas. Como mãe de aluno da rede pública, acompanhar cada passo da aprendizagem do meu filho, a preparação do professor, seus métodos, sua qualificação, seu desempenho como educador e seu discernimento político e pedagógico, verificando também a estrutura da escola pública, o que ela oferece e onde estão os problemas que corroem suas estruturas, que na maioria das vezes, estão mal conservadas e mal administradas.

A administração pública requer esse planejamento metódico, metodológico, com planos, metas e conhecimento das leis que a regem. Cada escola que funciona como unidade gestora precisa se tornar autônoma, sem perder de vista que ainda mantém vínculos com órgãos superiores e é subalterna a outros segmentos que a orientam e as mantém sobre certa hierarquia.

A administração escolar é tema bastante interessante, não só para professores, pedagogos, educadores, pais ou responsáveis, alunos e administradores escolares. A sociedade é tão somente responsável e deve estar diretamente interessada no tema, já que as escolas entregam à sociedade o fruto de sua criação. Aos alunos, advindos das escolas públicas ou não, será entregue a responsabilidade de manter essa sociedade e, para isso, uma boa preparação é necessária e sumamente importante.

O fato de escrever as categorias em separado é para que fique esclarecido, considerando que:

. Professores são aqueles que estão diretamente em contato com os alunos em sala de aula nos dias, semanas, meses e anos, cuidando exclusivamente de sua aprendizagem;

. Pedagogos são os profissionais responsáveis por orientar a prática pedagógica dos professores para que possam desempenhar o melhor possível suas funções e criarem estratégias de ensino para resolver problemas educacionais e de aprendizagem;

. Educadores são as pessoas diretamente responsáveis pela educação dos alunos;

. Pais ou responsáveis são as pessoas que deveriam educar primeira e cotidianamente os alunos para sua inserção na sociedade;

. O Aluno é o princípio, meio e fim pelos quais a educação existe;

. Administradores escolares são as pessoas responsáveis pelo andamento da escola para que esta funcione dentro do que regem as leis educacionais, para que a aprendizagem ocorra de forma satisfatória.

Como parte da sociedade, cada cidadão deveria contribuir para a melhoria no setor da educação. Só assim adviriam melhorias em todos os outros setores mais básicos da nossa vida em sociedade.

Partindo de inúmeras indagações sobre planejamento escolar, a que mais impertinentemente incomodou foi sobre a preparação do professor. Como um professor da educação básica municipal enfrenta uma sala de aula todos os dias? Daí vieram outras e outras que abriram um leque de dúvidas e n's possibilidades que pretendo mostrar neste trabalho.

Inicialmente abordamos o planejamento escolar, suas definições e conceitos, sob o ponto de vista de MENEGOLLA & SANT'ANNA, VASCONCELLOS, LIBÂNEO e PADILHA; os tipos de planos e as Características do Plano de Ensino; de acordo com NERVI, as características essenciais do bom plano de ensino; e a importância do Projeto Político Pedagógico como instrumento teórico-metodológico para gerir toda a escola.

Logo em seguida, vimos o Planejamento Educacional e sua importância para a escola, para o professor e para o aluno, principalmente no início da jornada pedagógica; o que autores como Moretto, Gandin e Santos conceituam sobre teorias e práticas de planejamento; a história do planejamento desde o seu surgimento, os problemas e as dificuldades encontradas pelos professores em sua prática cotidiana; o desdobramento do Planejamento em Planejamento Participativo e Planejamento Estratégico; e as etapas principais e aspectos de um planejamento.

No capítulo seguinte, tratamos das Orientações Didáticas que norteiam os estudos teóricos do professor e são subsídios à reflexão de como ensinar. Um roteiro simples e completo do fazer educativo que são necessários para organizar desde o tempo até o espaço pedagógico, de acordo com os PCN's.

No próximo capítulo, tratamos do currículo escolar, as expectativas dos educandos e professores sobre o que e como estudar e para quê estudar determinada matéria ou disciplina e no que esse estudo vai servir de experiência de aprendizagem e de vida e o embasamento dos PCN's nas práticas escolares.

Em seguida, abordamos a formação e a valorização do professor a partir de estudos do documento de referência da Conferência Nacional da Educação e dos PCN's e historicamente traçamos um panorama das práticas pedagógicas, as experiências e as tendências pedagógicas que norteiam suas práticas educativas.

Logo após, temos a importância dos colegiados para dar voz e vez aos grupos por cada um desses segmentos representados e a falta de políticas no incremento e formação dos conselhos e grêmios escolares.

No capítulo seguinte, vimos a Coordenação Pedagógica, elemento com o qual se tece, em tese, o emaranhado de fios que conduzem ao aprendizado, que liga tudo a todos na escola, que integra relações e participações, que instiga e viabiliza o acontecer escolar, que objetiva qualidade, democracia e união sem os quais a escola está fadada ao fracasso.

Dando prosseguimento ao estudo, tratamos da equipe Escolar, como se compõe, o que deve fazer e o que se espera de uma equipe ética e comprometida que objetiva cumprir, não só suas tarefas diárias e político-administrativas, mas com a meta específica de ajudar a alcançar o sucesso escolar.

Nos procedimentos metodológicos, o foco do estudo está na pesquisa qualitativa e visa traçar um panorama do planejamento no contexto educacional, realizando uma revisão da literatura, a fim de comparar com a realidade educacional atual.

Com esse levantamento, evidenciamos que a noção de planejamento está presente na vida dos homens desde a antiguidade, pois todo e qualquer ato do nosso cotidiano traz, mesmo que implicitamente e inconscientemente, a noção de planejar. No Brasil, há muito tempo se fala da importância e da necessidade de planejar as diversas ações dos diversos setores públicos para que as políticas públicas nacionais possam atender às reais demandas da sociedade, tanto pelo viés quantitativo, como pelo qualitativo.

Podemos vislumbrar a sua importância na ação educativa, pelo enfoque que se dá atualmente a essa prática, que é tão relevante para uma educação de qualidade para todos, levando em consideração que as práticas de planejamento estão sendo exigidas nos setores sociais mais variados, com foco principal sobre a educação. Deve estar claro como essa prática está acontecendo entre os professores e quais as principais posições teóricas acerca do assunto.

Acreditamos que, na maioria das escolas, isso ocorre como é assegurado na lei, ou seja, a cada dezesseis horas semanais trabalhadas o professor tem direito a quatro horas de planejamento, de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade escolar. É possível, que em algumas escolas, essa lei ainda não esteja sendo cumprida e alguns professores não tenham seus direitos respeitados.

1.1 METODOLOGIA

A organização deste estudo se deu a partir da necessidade de se planejar estratégias de ensino e aprendizagem visando atingir as metas estabelecidas pela escola para uma melhoria na educação de nossa clientela.

Foi dado um enfoque maior aos responsáveis diretos para esse fim, buscando entender, nesse contexto, como deve funcionar um planejamento eficiente, que atenda os anseios e ambições de nossa sociedade.

A escolha e organização dos textos para estudo possibilitaram uma pesquisa ampla e geral, no que foram escolhidos autores e textos mais adequados para a pesquisa. A leitura dos textos possibilitou uma prazerosa e proveitosa experiência para a prática do dia-a-dia do docente.

Os fundamentos da metodologia para a pesquisa escolhida fomentaram o estudo e criaram mais espaço para exploração. O processo da concepção partiu da consideração de que é necessário uma discussão e uma aceitação da importância do Planejamento estratégico, a necessidade de esclarecimentos sobre a função de cada segmento educacional para poder desempenhar um trabalho de acordo com o esperado. A comunidade escolar também precisa ser esclarecida do que esperar e exigir da escola.

As abordagens descritas neste estudo norteiam, de forma bastante clara, os conceitos de Planejamento, sua concepção histórica, legal e as teorias dos autores mais conceituados e conhecedores dos assuntos relacionados no estudo.

O presente estudo foi construído segundo as etapas de ideia, que foram rejeitadas e acolhidas, a escolha de uma ideia que parecia atraente, mas não prática e, por fim, o amadurecimento da ideia central que foi escolhida devido à necessidade que se tinha de conhecer mais sobre Planejamento.

Na contemporaneidade as práticas de planejamento estão sendo exigidas dos diversos setores sociais, mas o foco principal recai sobre a educação. Isso se dá porque a educação de qualidade é o grande desafio da sociedade contemporânea.

GARAUDY, 1978, nos lembra que, para construir o futuro, não basta estarmos atentos aos meios educativos; temos de estar atentos aos fins. Diz ele:

“A função primordial da educação já não pode ser adaptar a criança a uma ordem existente, fazendo com que assimile os conhecimentos e o saber destinados a inseri-la em tal ordem, como procederam gerações anteriores, mas, ao contrário, ajudá-la a viver num mundo que se transforma em ritmo sem precedente histórico, tornando-a, assim, capaz de criar o futuro e de inventar possibilidades inéditas. Que nossos sistemas escolares e universitários atuais não correspondem em absoluto a essa nova necessidade, é uma evidência que as experiências de maio de 1968, nas universidades do mundo inteiro, e nas manifestações de contestação dos estudantes no curso dos anos que se seguiram, foram sintomas brutalmente reveladores. O problema em questão não pode mais ser resolvido simplesmente por uma 'reforma do ensino, isto é, por uma modificação dos meios que permita atingir melhor os fins até aqui visados, mas por uma verdadeira 'revolução cultural; que ponha novamente em questão esses fins, e se oriente para a pesquisa e a descoberta de um novo projeto de civilização. (Garaudy, R., Projeto Esperança, Rio de Janeiro, 1978, p. 84)”.

Por isso devemos ter claro como essa prática está acontecendo entre os professores e quais as principais posições teóricas acerca do assunto.

As nossas hipóteses é que na maioria das escolas isso ocorre como é assegurado na lei, ou seja, a cada dezesseis horas semanais trabalhadas o professor tem direito a quatro horas de planejamento, o qual deve partir da realidade dos educandos, atendendo as necessidades educacionais da comunidade escolar.

É possível que em algumas escolas essa lei ainda não esteja sendo cumprida e alguns professores não tem seus direitos respeitados. Os teóricos contemporâneos defendem que o planejamento deve ser uma prática coletiva e contextualizada, respeitando os níveis hierárquicos, as diretrizes e as particularidades de cada comunidade.

A partir de pesquisas relacionadas ao fazer pedagógico e ao planejamento, foram necessários vários estudos sobre o tema que levava a outros, pois o universo literário nesse campo é vasto. Apesar disso as dificuldades pelas quais os professores passam para pesquisar ainda é grande

devido ao precário esquema de coordenação, direção e tempo. Muitas vezes o tempo do professor é tomado para repasses, avisos, elaboração de projetos, de eventos e formações dadas pelas secretarias de educação e o tempo para pesquisa acaba ficando escasso. Não que não sejam importantes, mas podem ser melhor sistematizados.

No que se refere ao trabalho em pauta, a contribuição do Mestre em Planejamento Educacional GANDIN (1999) tem sido de especial importância devido ao vasto material sobre o tema que é tão bem elaborado em seus trabalhos, tendo sido referência na área educacional e orientado muitos pedagogos em sua trajetória como estudioso e palestrante sobre o detalhamento do Projeto Político Pedagógico e sua importância para as escolas.

Em seus trabalhos, GADIN se refere ao planejamento como “uma tarefa vital, união entre vida e técnica para o bem-estar do homem e da sociedade”.

A preocupação do autor era o objetivo do planejamento. Planejar para que? Para quem? Se fosse para ficar arquivado na escola, guardado, sem utilidade, não seria necessário fazê-lo.

Já o renomado pedagogo Juan Ricardo Nervi descreve, em seu trabalho sobre Pestalozzi, as características para um bom plano de ensino, orientando educadores pelo mundo afora, norteando suas práticas no intuito de melhorar o planejamento dos professores.

A contribuição de MORETTO vem de encontro às muitas dúvidas e expectativas do fazer e planejar, não só para professores, mas para administradores tanto escolares como de todos os âmbitos sociais, que podem, com seu trabalho, enriquecer suas práticas, sejam elas em escolas, em lares ou empresas.

Com os PCN's, Referenciais Nacionais para a Educação, LDB e outras tantas publicações do MEC e outros autores citados nas referências deste trabalho, ficou evidente a quantidade de estudo que os professores precisam

concentrar para ministrar suas aulas, mas para isso, necessitam de um tempo significativo para poderem selecionar o melhor para sua formação e, conseqüentemente, para a aprendizagem dos seus alunos.

Fica claro também que é o planejamento que dá ao professor a dimensão da importância de sua aula e os objetivos a que ela se destina, bem como o tipo de cidadão que pretende formar. Por este motivo, pensar que a experiência de anos de docência é suficiente para a realização de um bom trabalho é um dos principais motivos que levam um professor a não obter sucesso em suas aulas. Tudo faz parte de um conjunto que precisa ser posto em prática – Planejamento e experiência profissional – um em parceria com o outro.

2. REVISITANDO CONCEITOS E A HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL

Com a ajuda de um dicionário, buscaremos tornar o mais claro possível o conceito de planejamento. O dicionário utilizado é o dicionário mais popular da Língua Portuguesa no Brasil que é o Aurélio Buarque de Holanda, 2º edição, 1986.

PLANO - (Do latim *planu*) projeto ou empreendimento com fim determinado. Conjunto de métodos e medidas para a execução de um empreendimento (...).

PLANEJAR. -V. T. D. 1. Fazer o plano de; projetar; traçar. Um bom arquiteto planejará o edifício. 2. Fazer o planejamento de; elaborar um plano ou roteiro de; programar, planificar: planejar um roubo. 3. Fazer tenção ou resolução de; tencionar, projetar (...).

PLANEJAMENTO - S. M. 1. Ato ou efeito de planejar. 2. Trabalho de preparação para qualquer empreendimento, seguindo roteiro e métodos determinados; planificação: o planejamento de um livro, de uma comemoração (...).

PROJETO- (do lat. *Projectu*, lançado para diante) S. M. Ideia que se forma de executar ou realizar algo, no futuro, plano, intento, desígnio. 2. Empreendimento a ser realizado dentro de um determinado esquema. (...).

Passando-se para área educacional, também não são poucos os conceitos existentes. Gandin (2008, p.01) sugere que se pense no planejamento como uma ferramenta para dar eficiência à ação humana, ou seja, deve ser utilizado para a organização na tomada de decisões, e para melhor entender isto, precisa-se compreender alguns conceitos, tais como: planejamento, plano e projeto.

Planejamento - “É um instrumento direcional de todo o processo educacional, pois estabelece e determina as grandes urgências, indica as prioridades básicas, ordena e determina todos os recursos e meios necessários para a

consecução de grandes finalidades, metas e objetivos da educação.”
(MENEGOLLA & SANT’ANNA, 2001, p.40)

- a) **Planejamento Educacional** – também denominado Planejamento do Sistema de Educação, *“(…) é o de maior abrangência, correspondendo ao planejamento que é feito em nível nacional, estadual ou municipal. Incorpora e reflete as grandes políticas educacionais.”* (VASCONCELLOS, 2000, p.95).
- b) **Planejamento Escolar ou Planejamento da Escola** - atividade que envolve o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. *"É um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social."* (LIBÂNEO, 1992, p. 221).
- c) **Planejamento Curricular** – é o *"[...] processo de tomada de decisões sobre a dinâmica da ação escolar. É previsão sistemática e ordenada de toda a vida escolar do aluno. Portanto, essa modalidade de planejar constitui um instrumento que orienta a ação educativa na escola, pois a preocupação é com a proposta geral das experiências de aprendizagem que a escola deve oferecer ao estudante, através dos diversos componentes curriculares."* (VASCONCELLOS, 1995, p. 56).
- d) **Planejamento de Ensino** - é o *"[...] processo de decisão sobre a atuação concreta dos professores no cotidiano de seu trabalho pedagógico, envolvendo as ações e situações em constantes interações entre professor e alunos e entre os próprios alunos."* (PADILHA, 2001, p. 33).

Cabe ressaltar que do planejamento resultará o plano.

Plano é um documento utilizado para o registro de decisões do tipo: o que se pensa fazer, como fazer, quando fazer, com que fazer, com quem fazer. Para existir plano é necessária a discussão (planejamento) sobre fins e objetivos, culminando com a definição dos mesmos. Segundo Padilha (2001), o plano é a *“apresentação sistematizada e justificada das decisões tomadas*

relativas à ação a realizar." Plano tem a conotação de produto do planejamento. Ele é, na verdade, um guia com a função de orientar a prática, é a formalização do processo de planejar.

Abaixo estão elencados os termos mais utilizados de Planos na área Educacional e suas definições:

- a) **Plano Nacional de Educação:** *"Nele se reflete a política educacional de um povo, num determinado momento histórico do país. É o de maior abrangência porque interfere nos planejamentos feitos no nível nacional, estadual e municipal."* (MEC, 2006, p. 31).
- b) **Plano de Curso:** *"O plano de curso é a sistematização da proposta geral de trabalho do professor naquela determinada disciplina ou área de estudo, numa dada realidade. Pode ser anual ou semestral, dependendo da modalidade em que a disciplina é oferecida."* (VASCONCELLOS, 1995, p.117 in Padilha, 2003, p. 41).
- c) **Plano de Aula:** *"É a sequência de tudo o que vai ser desenvolvido em um dia letivo. (...) É a sistematização de todas as atividades que se desenvolvem no período de tempo em que o professor e o aluno interagem, numa dinâmica de ensino-aprendizagem."* (PILETTI, 2001, p.73).
- d) **Plano de Ensino:** *"É a previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para um ano ou um semestre; é um documento mais elaborado, no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimento metodológico."* (LIBÂNEO, 1994, p. 222).

2.1 CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE ENSINO

O plano consiste na sistematização do processo de organização da ação. No plano devem estar sistematizadas as ações que se pretende desenvolver, informações e princípios que balizam e sustentam essas ações. Ele se constitui num guia para a ação.

Se o planejamento consiste no processo de tomada de decisões, o plano é a formalização dos diferentes momentos desse processo. O plano se

configura, portanto, num registro escrito, apresentado sob a forma de um documento.

Para NERVI (1967) existem algumas características essenciais do bom plano de ensino, quais sejam:

COERÊNCIA: as atividades planejadas devem manter perfeita coesão entre si de modo que não se dispersem em distintas direções. De sua unidade e correlação dependerá o alcance dos objetivos propostos.

SEQUÊNCIA: deve existir uma linha ininterrupta que integre gradualmente as distintas atividades desde a primeira até a última de modo que nada fique jogado ao acaso.

FLEXIBILIDADE: é outro pré-requisito importante que permite a inserção sobre a marcha de temas ocasionais, subtemas não previstos e questões que enriqueçam os conteúdos por desenvolver, bem como permitir alteração, de acordo com as necessidades ou interesses dos alunos.

PRECISÃO E OBJETIVIDADE: os enunciados devem ser claros, precisos, objetivos e sintaticamente impecáveis. As indicações não podem ser objetos de dupla interpretação, as sugestões devem ser inequívocas. (RICARDO NERVI, 1967, p. 56).

2.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Dentro da categoria plano devemos, ainda, dar uma atenção especial ao plano global da instituição: o **PPP - Projeto Político-Pedagógico** que é também um produto do planejamento. A sua construção deve envolver e articular todos os que participam da realidade escolar: corpo docente, discente e comunidade.

Segundo Vasconcellos (1995, p.143):

"[...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial,

participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição."

Os conceitos apresentados têm por objetivo mostrar a importância, a funcionalidade e principalmente, a relação íntima existente entre essas tipologias. Segundo Fusari (2008, p.45), "Apesar de os educadores em geral utilizarem, no cotidiano do trabalho, os termos "planejamento" e "plano" como sinônimos, estes não o são."

Outro aspecto importante, segundo Schmitz (2000, p.108) é que "as denominações variam muito. Basta que fique claro o que se entende por cada um desses planos e como se caracterizam." O que se faz necessário é estar consciente que:

"Qualquer atividade, para ter sucesso, necessita ser planejada. O planejamento é uma espécie de garantia dos resultados. E sendo a educação, especialmente a educação escolar, uma atividade sistemática, uma organização da situação de aprendizagem, ela necessita evidentemente de planejamento muito sério. Não se pode improvisar a educação, seja qual for o seu nível." (SCHMITZ, 2000, p.101).

2.3 PLANEJAMENTO EDUCACIONAL (HISTÓRICO)

O Planejamento é necessário em todas as esferas de nossas vidas, mas na Educação, é imprescindível. Nada se faz sem uma noção, nem que seja a mais simples, do que se deseja obter.

"São pesquisas didáticas sobre a importância da interação entre os estudantes para potencializar a aprendizagem de todos. São inúmeras experiências de pensar e pôr em prática projetos pedagógicos em escolas. São redes municipais e estaduais dedicadas a definir expectativas de aprendizagem, são estudos sobre as maneiras mais eficazes de estruturar os planos de aula (na forma de atividades permanentes, sequências didáticas e projetos de ensino, as chamadas modalidades organizativas)." (Gabriel Pillar Grossi – Diretor de Redação da revista Nova Escola – Planejamento nº 21).

O Planejamento serve para organizar as ações, para concretizar o melhor aproveitamento dos trabalhos pedagógicos visando à aprendizagem do

aluno. Defender o planejamento escolar é reconhecer que as ações do educador não podem acontecer no improviso. Deve fazer parte da rotina, mas sem perder de vista o novo, estimulando a curiosidade e a participação, procurando envolver todos e sempre inovando nos velhos conteúdos, dando dinamicidade e colorido à prática escolar para manter o aluno ocupado, interessado, colaborador com suas ideias, ativo e participante.

Inicialmente, “o planejamento escolar era realizado sem grandes preocupações metodológicas, resumindo-se basicamente as atividades práticas que o professor iria desenvolver em sala de aula” (Gandin, 1999, p. 21). Os planos eram apontamentos feitos geralmente em fichas ou cadernos que, uma vez elaborados, serviriam por anos e anos, sendo retomados cada vez que o professor ia trabalhar o mesmo conteúdo.

No final da década de sessenta, o planejamento aparece como a grande solução para os problemas como a falta de produtividade da educação escolar, passando a ser o instrumento que possibilitaria um avanço nesse sentido. No entanto, não se questionavam os fatores sociais, políticos e econômicos, dando-se muita ênfase ao aspecto academicista.

Esta exigência técnica para elaborar o planejamento justificou, ideologicamente, sua centralização nas mãos de especialistas, levando a um crescente processo de alienação e controle externo da educação, ocasionando uma expropriação da atuação do professor e um esvaziamento da educação como força de conscientização.

O saber do professor foi sendo gradativamente desvalorizado, este se dedicava a elaborar bons planos de aula e se sentia realizado com isso, desvinculando-se da prática efetiva do planejado. O propósito do planejamento consistia em preencher formulários com objetivos educacionais gerais, conteúdos programáticos, estratégias de ensino, avaliação, entre outros.

Para os profissionais da educação se tornou uma fase marcada pelo excesso do possível, ou seja, onde tudo parecia muito fácil de realizar.

Em uma análise sobre a questão em causa, VASCONCELOS (2000, p.34) descreve a circunstância, afirmando que:

“Inicialmente, o professor foi “seduzido” pelas promessas do planejamento, como se, através dele, tudo pudesse ser resolvido. Só que depois, à medida que as coisas não aconteciam, foi desacreditando, se decepcionou, mas continuou cobrado para que fizesse: caiu-se no vazio do fazer alienado. Deixou de ser uma autêntica elaboração, tornando-se uma prática do fazer por registro.”

Na verdade, o que ocorreu, então, foi uma adesão ingênua a uma tecnologia de planejamento onde os educadores não sabiam, ao certo, quais seriam os resultados de tal adesão. Isso acabou tendo reflexo em todo o processo de “planejar aulas”, porque o planejamento se reduziu à redação, enfadonha para muitos, de planos que deveriam ser feitos a partir de uma orientação tecnicista e mecânica, que englobava, entre outras normas: diagnóstico, definição de objetivos, seleção de conteúdos, estratégias e avaliação.

Desta forma, surgiu um novo período na história do planejamento educacional no Brasil, ou seja, aquilo que o plano estabelecia não correspondia com a prática do professor, que não sabia se dava conteúdos ou usava as chamadas “metodologias ativas do ensino” que, na verdade, não reconhecia como satisfatório em suas ações em sala de aula.

De uma maneira geral, causou certa confusão no ato pedagógico, porque o educando acabou sofrendo a privação de conteúdos, não desenvolvendo elementos indispensáveis à formação de todo o indivíduo (habilidades psicológicas e motoras, percepção crítica da realidade). O que o plano registrava não era aprendido e esta situação ainda existe nas escolas brasileiras.

Nesse sentido, percebemos que o planejamento não teve uma boa receptividade na sociedade brasileira, principalmente pelo grupo de profissionais da educação, que não concordava com as imposições de algo que ele mesmo não tinha conhecimento.

Após essa etapa, sentiu-se por parte de muitos educadores a necessidade de recusar tal reprodução dos órgãos educacionais gerenciadores e buscar formas alternativas de fazer educação, utilizando-se do importante recurso do planejamento. O saber deixou de ser considerado como propriedade de especialistas, passando a ser valorizada a participação da comunidade, o diálogo, o interesse coletivo local, a formação da consciência crítica a partir da reflexão sobre a prática transformadora. Surge, então, a ideia de planejamento participativo.

Ao planejamento abstrato, mecânico, desprovido de sentido, surge uma nova proposta de ação concreta, significativa, crítica, pela reflexão, que buscava resgatar a importância da atuação do professor e de todos os envolvidos no processo educativo.

2.3.1 PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

O planejamento participativo visa não só democratizar as decisões, mas estabelecer as prioridades para as pessoas envolvidas no processo e constitui-se em um ato de cidadania, na medida em que esse processo possibilita a definição da concepção de educação com o qual a escola deseja trabalhar, é baseado nos princípios democráticos, cuja característica principal é a participação de todos os membros da comunidade escolar nos processos decisórios da escola.

Este modelo de planejamento obriga a um posicionamento crítico e participativo, determinando uma ação coerente e eficaz, a fim de promover as mudanças e as transformações desejadas, com vistas a uma aproximação do ideal projetado.

É preciso planejar, a partir da realidade que se tem, para atingir o que se quer, ao final de cada ano letivo. Conhecer a escola, sua estrutura e condições, alunos, professores e a comunidade é o início para se enxergar mais à frente e se é possível o que foi pretendido.

Porém, como a realidade não é estática, mas está em constante mutação, o planejamento das práticas educativas não deve servir como escravo à burocracia, mas sim às causas.

Para Menegola e Sant'Anna:

Planejar o processo educativo é planejar o indefinido, porque educação não é o processo, cujos resultados podem ser totalmente predefinidos, determinados ou pré-escolhidos, como se fossem produtos de correntes de uma ação puramente mecânica e impensável. Devemos, pois, planejar a ação educativa para o homem não impondo-lhe diretrizes que o alheiem, permitindo, com isso, que a educação ajude o homem a ser criador de sua história. (MENEGOLA E SANT'ANNA, 2001, P. 25).

Esse instrumento deve abranger as decisões tomadas em todos os níveis, considerando que deve ter relação com a compreensão que o professor tem da educação. É importante que ele avance na visão de planejamento, principalmente buscando entender melhor o planejamento participativo. É preciso, também, aprofundar a compreensão de que o conhecimento é um todo e que as disciplinas são partes desse todo, elas devem ser trabalhadas de maneira interdisciplinar e contextualizadas com a realidade dos educandos.

O que foi sonhado pode muito bem se tornar realidade se for um sonho com objetivos concretos, lembrando que o aluno é nosso presente, mas pertence ao futuro. O aluno tem o direito de aproveitar todo o tempo pedagógico que puder, para adquirir as ferramentas necessárias para ajudá-lo a compreender o mundo que o rodeia e dele participar como sujeito transformador e criador de sua própria realidade.

2.3.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Existe também outra forma de planejamento adotado nas escolas públicas, é o estratégico, que deve estabelecer um conjunto de providências a serem tomadas pelo gestor, sendo utilizados para isso métodos quantitativos e qualitativos como forma de mudar uma situação.

Esse tipo de planejamento tende a reduzir a incerteza envolvida nesse processo, o que possibilita uma maior probabilidade no alcance de objetivos, desafios e metas estabelecidos pela instituição.

É importante ressaltar que essa abordagem sempre foca em resultados futuros, não sendo preciso somente estabelecer objetivos e metas, é necessário primeiramente analisar os pontos fracos, estudando as oportunidades e restrições do ambiente para que assim sejam estabelecidas as metas.

Enquanto o Planejamento participativo tem a contribuição dos professores, alunos, ou seja, de toda comunidade escolar, o Planejamento Estratégico é geralmente feito apenas pelo Gestor Escolar.

2.3.3 ETAPAS IMPORTANTES NA REALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO

Para Marcelo Ferreira de Oliveira, subsecretário metropolitano de Educação, o ato de planejar, de forma contínua e sistêmica, dá um ritmo à ação pedagógica que, ao contrário de se configurar como uma burocracia vazia de sentido, proporciona ao profissional da educação a possibilidade de organizar seu tempo e otimizar seu trabalho.

O domínio do conteúdo que visa transmitir permite que o professor seja capaz de percebê-lo em sua essência, isto é, na realidade objetiva do momento. Um saber somente importa ser ensinado quando instiga o aluno a uma associação ao mundo que vive a realidade com a qual convive, os saberes que já acumulou. Os conteúdos didáticos de todas as matérias devem ser trabalhados de maneira que possa ajudar o aluno a usá-los no cotidiano para melhorar a sua vida.

Uma aula devidamente planejada, inclusive, minimiza de forma precisa um dos grandes desafios que as unidades escolares apontam: a indisciplina. Com o desenvolvimento do conteúdo organizado num tempo previamente definido, com as expectativas de aprendizagem bem articuladas a uma metodologia coerente com a realidade da escola, a regência da sala segue um fluxo mais harmônico e contínuo.

O importante é salientar que o planejamento sirva para o professor e para os alunos, que ele seja útil e funcional a quem se destina objetivamente, através de uma ação consciente, responsável e libertadora, desconsiderando a

noção de planejamento como uma receita pronta, pois sabemos que cada sala de aula é uma realidade diferente, com problemas e soluções diferentes; cabe ao professor, em conjunto com os demais profissionais na área de educação pertencentes à escola, adaptar o seu planejamento, para que assegure o bom desenvolvimento a que ele se propõe, que é o de nortear as práticas docentes em sala de aula.

Os educadores têm um papel definitivo na construção do processo educativo, pois eles participam e contribuem nesse processo. Trabalhando coletivamente, dando sugestões e participando de todas as decisões que, direta ou indiretamente fazem parte da vida dos alunos.

Como menciona GANDIN (2011),

“O planejamento visa também à eficácia. Os dicionários não fazem diferença suficiente entre eficácia e eficiência. O melhor é não se preocupar com palavras e verificar que o planejamento deve alcançar não só que se façam bem as coisas que se fazem (chamaremos a isso de eficiência), mas que se façam as coisas que realmente importa fazer, porque são socialmente desejáveis (chamaremos a isso de eficácia). A eficácia é atingida quando se escolhem, entre muitas ações possíveis, aquelas que, executadas, levam à consecução de um fim previamente estabelecido e condizente com aquilo em que se crê.” (GANDIN, 2011, P. 17).

Alguns autores sugerem que o planejamento tenha algumas etapas principais, pois serão estas etapas que darão uma visão do que é necessário e conveniente ao professor e aos alunos. São elas:

- a. **Objetivos:** Os objetivos devem ser elaborados conforme a proposta da disciplina, tendo como base a utilização dos critérios finais dos quais resultam progressivamente as respostas de aprendizagem esperada. Para se traçar objetivos significativos é necessário considerar todo e qualquer objeto de aprendizagem.

“Os objetivos indicam aquilo que o aluno deverá ser capaz como consequência de seu desempenho em atividades de uma

determinada escola, série, disciplina ou mesmo uma aula.” MASETTO (1997 in Macetto, Costa, Barros, 2008, p. 3).

b. Conteúdo:

“É um conjunto de assuntos que serão estudados durante o curso em cada disciplina. Assuntos que fazem parte do acervo cultural da humanidade traduzida em linguagem escolar para facilitar sua apropriação pelos estudantes. Estes assuntos são selecionados e organizados a partir da definição dos objetivos, sendo assim meios para que os alunos atinjam os objetivos de ensino.” (MACETTO, COSTA, BARROS, 2008, p. 3).

c. Metodologia:

“Tratam-se de atividades, procedimentos, métodos, técnicas e modalidades de ensino, selecionados com o propósito de facilitar a aprendizagem. São, propriamente, os diversos modos de organizar as condições externas mais adequadas à promoção da aprendizagem.” (MENEGOLLA & SANT’ANNA, 2001, p.90).

d. Avaliação:

“Na verdade, a avaliação acompanha todo o processo de aprendizagem e não só um momento privilegiado (o de prova ou teste) pois é um instrumento de feedback contínuo para o educando e para todos os participantes. Nesse sentido, fala da consecução ou não dos objetivos da aprendizagem. (...) O processo de avaliação se coloca como uma situação frequentemente carregada de ameaça, pressão ou terror.” (MASETTO, 1997, p. 98 in Macetto, Costa, Barros, 2008, p. 4).

A partir destas definições o professor já tem condições necessárias para realizar um bom planejamento. Porém, segundo Menegolla & Sant’anna (2001, p. 46), não existe um modelo único de planejamento e sim vários esquemas e modelos. Também não existe um modelo melhor do que o outro, cabe ao professor escolher aquele que melhor atenda suas necessidades bem como as de seus alunos, que seja funcional e dê bons resultados.

2.3.4 ASPECTOS DO PLANEJAMENTO

Segundo Geandra Santos (2005, p. 56, 57), “a tarefa de planejar é complexa, exige sistematização e envolve múltiplos aspectos.” Esses aspectos podem ser:

- . Norteados pelas concepções, valores e interesses dos sujeitos que planejam.
- . Elaborados coletivamente, compartilhados e solidários.
- . Constituem-se como processo contínuo de reflexão, compreensão e projeção da realidade, visualizando e estabelecendo vínculos com o passado, o presente e o futuro.
- . Vinculam-se às necessidades e condições do contexto de seus autores e atores.
- . A partir de sua problematização, permitem diagnosticar e gerar possibilidades de superação, tendo em vista a criação de novas situações.

De acordo com a autora, o planejamento é parte integrante das ações destinadas à realização da função social da escola, compreendendo vários âmbitos, níveis e modalidades como, também, assumindo diferentes perspectivas e propósitos no sistema educacional.

O reconhecimento da grande importância que o planejamento tem para o desenvolvimento e os resultados do trabalho dos profissionais da escola e, sem dúvida, uma unanimidade, assim como existe uma certa atmosfera de insatisfação e desejo de mudança na forma e no conteúdo desse processo, mobilizado principalmente por problemas na definição da regularidade ²⁸ tempo para planejar; na organização e priorização das atividades a serem cumpridas nos encontros de planejamento; no acompanhamento pedagógico efetivado pelos coordenadores das escolas ou pelos técnicos das Secretarias de Educação; na condição insuficiente que tem a maioria das unidades em disponibilizar material didático para a consecução dos objetivos propostos; e ainda na falta de autonomia para tomar decisões relativas ao currículo e à rotina escolar.

A partir do exposto, pode-se perceber que o próprio planejamento precisa constantemente ser repensado e reorganizado para atender as demandas e peculiaridades do grupo de trabalho a fim de que se transforme, de fato, numa ferramenta significativa e eficiente para orientar às ações previstas.

A autora frisa, ainda, que o planejamento escolar, por ter um caráter político-pedagógico, trata-se de um processo de tomada de decisões, visando conceber um projeto de educação e formação humana. Portanto, deve ser pensado em todos os seus níveis numa perspectiva democrática e participativa, superando a visão burocrática e autoritária, baseada na dicotomia entre teoria e prática, entre planejadores e executores, como se os planejadores detivessem o conhecimento da realidade e a competência técnico-científica para direcioná-la, restando aos demais somente cumprir determinações, por serem considerados incapazes e incompetentes para a referida atividade.

A defesa da autora por um planejamento organizado se justifica devido ao flagrante descaso de muitos profissionais da área com o compromisso com a aprendizagem e à sua própria formação como educador. Alguns se deixam contaminar pela mesmice e pelo comodismo, seguindo sempre um mesmo plano, sem nunca questionar ou mesmo avaliar a sua prática.

Segundo os PCN's, para a formação de um cidadão autônomo e participativo, o professor deve atuar como interventor no processo de aprendizagem, criando situações propícias que promovam a interação do aluno com a construção de seus próprios significados.

Isso poderia acontecer sistematicamente, mas como as pessoas não são homogêneas nem idênticas tem-se que ponderar questões complexas de ordens afetiva, emocional, cognitiva, física e de relação pessoal.

Pode-se planejar uma aula detalhada e consistente, mas ela não transcorre sempre como esperada. Variantes que eclodem na sala podem interferir sobremaneira na mais organizada das salas de aula.

3. ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS, CURRICULARES E DO TRABALHO DOCENTE

Os PCN's expõem uma série de orientações didáticas, que são subsídios à reflexão de como ensinar, sendo elas as seguintes: autonomia, diversidade, interação, cooperação, disponibilidade para a aprendizagem, organização do tempo, organização do espaço e seleção de material.

- **Autonomia** – para que possa refletir, participar e assumir responsabilidades, o aluno necessita estar inserido em um processo educativo que o estimule a progredir nesse sentido. A autonomia fala de uma relação emancipada, íntegra com as diferentes dimensões da vida, o que envolve aspectos intelectuais, morais, afetivos e sociopolíticos.

- **Diversidade** – A comunidade escolar, ao organizar suas propostas curriculares, deve adequar seus objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, observando a diversidade existente em sua sociedade. Partindo da análise e do respeito a essa diversidade é que se podem viabilizar ações que atendam às expectativas de todos.

- **Interação e Cooperação** – O trabalho em grupo é sempre o meio mais eficaz de promover a socialização e a cooperação. Para isso, é preciso gerenciar ações onde o aluno aprenda a dialogar, a ouvir, ajudar, pedir ajuda, aceitar e emitir opiniões, objetivando o sucesso do grupo. O crescimento educacional ocorre durante esse processo, onde o aluno se insere e sente-se parte de algo significativo, concebido e realizado com sua colaboração.

- **Disponibilidade para a aprendizagem** – Nesse ponto, se o professor espera que o aluno tenha uma atitude curiosa e investigativa, que seja participativo, criativo, crítico e atuante, deve priorizar ações que exijam a atitude esperada, valorizar o processo e a qualidade, esperar estratégias criativas e originais e não a passividade e respostas esperadas, mecânicas. A intervenção do professor precisa garantir que o aluno conheça o objetivo da atividade, situe-se em relação à tarefa, reconheça os problemas que a situação apresenta e seja capaz de resolvê-los. As atividades propostas deverão garantir organização e

ajuste às possibilidades reais e significativas do aluno e o grau de dificuldade deve estar ao alcance de sua compreensão. O professor precisa garantir, também, um clima de confiança, compromisso e responsabilidade, sem os quais todo processo educativo tende, perigosamente, ao fracasso.

- **Organização do tempo** – No planejamento, deve-se considerar o tempo levado para a realização de cada atividade proposta, sem o qual poderá gerar muitos problemas de gestão de sala, acúmulo de tarefas ou ócio. O tempo é uma variante que interfere na construção da autonomia, por isso, o professor deverá orientar seus alunos da importância de ministrar bem o tempo das ações, dando-lhes uma autonomia relativa para o planejamento e execução das atividades, possibilitando uma reflexão sobre o resultado de suas decisões sobre o uso do tempo. O professor não precisa ficar isento de qualquer responsabilidade sobre o tempo escolar. Apenas deve fazer com que o aluno tome conhecimento da importância desse elemento em sua formação escolar. A vivência do controle do tempo pelos alunos se insere dentro de limites criteriosamente estabelecidos pelo professor, que se tornarão menos restritivos à medida que o grupo desenvolva sua autonomia.

- **Organização do espaço** – Um ambiente agradável, organizado, atrativo e bem cuidado, com material disponível, pessoas solícitas e atenciosas é bem mais propício às vivências educativas. Um ambiente favorável ao trabalho em grupo, ao diálogo e à cooperação, favorece, também, ao aprendizado da preservação do bem coletivo.

Mais interessante ainda é o ambiente onde os alunos possam expor seus trabalhos, onde assumam a responsabilidade pela decoração, limpeza e ordem da sala. Desse modo, o ambiente passa a ser objeto de aprendizagem e respeito. Porém, isso só é possível com o investimento sistemático, do esforço e envolvimento por parte do professor e da turma.

- **Seleção de material** – O livro didático não deve ser uma fonte exclusiva de informação e de utilização pelo professor e alunos. Para que os conteúdos possam ter maior significado, devem vir de fontes variadas. O livro didático é uma importante ferramenta, mas não deve ser o único material disponível. Os

conteúdos devem ser selecionados pela importância e relevância, precisa ter coesão e qualidade nas informações. A escola deve fornecer outras fontes para que o aluno pesquise e tenha uma visão mais ampla de conhecimentos. A vida dentro e fora da escola oferece uma fonte inesgotável de informações que podem auxiliar o professor na aquisição da aprendizagem de seus alunos. Livros, pessoas, jornais, revistas, folhetos, propagandas, computadores, calculadoras, celulares, filmes, a mídia em geral são importantes aliados nesse sentido e não devem ser ignorados.

3.1 O CURRÍCULO ESCOLAR

Planejamento Curricular é o "processo de tomada de decisões sobre a dinâmica da ação escolar. É previsão sistemática e ordenada de **toda a vida** escolar do aluno". Portanto, essa modalidade de planejar constitui um instrumento que orienta a ação educativa na escola, pois a preocupação é com a proposta geral das experiências de aprendizagem que a escola deve oferecer ao estudante, através dos diversos componentes curriculares (VASCONCELLOS, 1995, p. 56).

O planejamento Curricular tem por objetivo orientar o trabalho do professor na prática pedagógica da sala de aula. Sua materialização se dá por meio da elaboração da proposta curricular, a qual deve ser uma proposta geral da ação educativa da escola incorporada nos diferentes componentes curriculares. As orientações gerais deste tipo de planejamento são elaboradas em nível de sistema, considerando as necessidades nacionais, estaduais e municipais, sendo importante que cada escola, a partir dessas orientações, elabore o seu currículo, tendo em vista sua realidade concreta, suas opções e compromissos sociais, pedagógicos e administrativos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados por equipes de especialistas ligadas ao Ministério da Educação (MEC), têm por objetivo estabelecer uma referência curricular e apoiar a revisão e/ou a elaboração da proposta curricular dos Estados ou das escolas integrantes dos sistemas de ensino. Os PCNs são, portanto, uma proposta do MEC para a eficiência da educação escolar brasileira.

São referências a todas as escolas do país para que elas garantam aos estudantes uma educação básica de qualidade. Seu objetivo é garantir que crianças e jovens tenham acesso aos conhecimentos necessários para a integração na sociedade moderna como cidadãos conscientes, responsáveis e participantes.

Todavia, a escola não deve simplesmente executar o que é determinado nos PCNs, mas sim, interpretar e operacionalizar essas determinações, adaptando-as de acordo com os objetivos que quer alcançar, coerentes com a clientela e de forma que a aprendizagem seja favorecida.

Quando definimos os pressupostos filosóficos, sociológicos e epistemológicos, norteadores do planejamento curricular, estamos construindo, numa atividade complexa e decisiva na prática pedagógica, o destino de nossos educandos.

Segundo SANTOS (2005), currículo é um elemento dinâmico de natureza ideológica, cultural e pedagógica, regulando sobre tudo que envolve a organização da vida escolar, tal como: regras, significados, conhecimentos, relações, espaços, tempos, rotinas, entre outros aspectos. Comumente, as propostas curriculares dos sistemas educacionais são criadas por técnicos e estudiosos pertencentes ou contratados pelos órgãos educacionais superiores, resultando em documentos a serem socializados, adaptados e implantados em todo território nacional.

Segundo Vasconcelos (1995), currículo escolar é a proposta geral das experiências de aprendizagem que serão oferecidas pela escola, incorporada nos diversos componentes curriculares. Dá a espinha dorsal da escola, desde as séries iniciais até as terminais. VEIGA; FONSECA, definem que:

“cada escola, apesar dos processos normativos e institucionais a que está sujeita, está revestida também da influência e dos significados específicos da comunidade em que se insere, dos elementos culturais que a fazem singular. Seu currículo deve ser gestado na comunidade escolar, em permanente diálogo para que se articulem os elementos de organização interna com os aspectos externos da sociedade, da cultura e da própria história, imprimindo sentido às ações desenvolvidas.” (VEIGA; FONSECA, 2001, p.151).

Existe, nas propostas curriculares anuais, a possibilidade de adequar os conteúdos dos currículos a uma maior proximidade dos alunos, mas o professor utiliza adequadamente essa ferramenta ou avalia essa possibilidade? Há flexibilidade de se organizar e a liberdade de propor ações nesse sentido, mas é necessário um primeiro passo.

Não devemos aceitar tudo pronto e acabado. Nossas intervenções e sugestões são válidas e partem de uma vivência, de uma prática. Não se pode calar o que sangra, o que grita. Se dermos vazão aos sentimentos, vamos ser ouvidos e, quem sabe um dia, atendidos.

3.2 O PROFESSOR, SUA FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO

A formação dos professores, item essencial para que uma escola obtenha bons resultados, vem sendo discutida há muito tempo. O que os professores precisam saber e o que os alunos precisam aprender são temas adversos e controversos devido ao rumo mutável das tendências pedagógicas que permeiam o meio educacional.

De acordo com MIZIARA, em seu artigo A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A AÇÃO-REFLEXÃO DOCENTE (p.6) “Pensar a coordenação pedagógica nos remete a tratar da formação dos professores no espaço escolar, bem como à necessidade de reflexão desses profissionais. E falar de professores reflexivos é imaginar que, apesar de existirem certas atitudes pessoais nos professores, há todo um conjunto de destrezas ou habilidades que os professores precisam dominar para concretizar o processo de ensino e aprendizagem”.

O sistema vigente é bem contrário ao que o professor estuda nas formações, nos cursos e graduações. Pede-se que o professor tente ensinar aos seus alunos e forma atraente e persuasiva, que ele inove suas estratégias de ensino e que torne a aula sempre interessante. O que acontece na realidade é que, quando algum professor sugere uma aula diferente falta tudo: estrutura, transporte, livros, suporte, organização, lanche, boa vontade e parcerias.

Projetos e mais projetos interessantes e viáveis recheiam gavetas, mas não se realizam por falta de planejamento e organização. Os alunos planejam algum evento e são “encorajados” a desistirem porque não existe professor ou pessoa da escola que acompanhe, que coordene evento, de iniciativa dos próprios alunos. Isso é algo bem comum e totalmente desanimador.

“Professor bom é aquele que mantém os alunos em sala ocupados e calados” é uma expressão grosseira, mas que já foi proferida por muitos “educadores” do mais alto escalão de grandes escolas públicas.

O que acontece, muitas vezes, é que as pessoas se incomodam com mudança da rotina. Estão tão bitolados naquela mesma sequência de acontecimentos que, quando algo muda ou sugere mudança, logo se assustam. Se os projetos mexessem só com os alunos e um professor e não incomodassem mais ninguém, talvez eles pudessem ser realizados. Mas sair da sala com uma turma de alunos barulhentos incomoda muita gente.

Enquanto alguns professores acolhem as formações, os cursos e acham que são essenciais para a sua prática em sala de aula, outros acham que é perda de tempo, que poderiam estar fazendo coisas mais importantes, como planejar. Mas, o que se vê, muitas vezes, é questionável. Alguns levam muito tempo conversando, atrapalhando os colegas com conversas paralelas que são condenáveis nos alunos, mas não no professor (questão de ética – as normas devem ser aplicadas a todos). Outros já deixam os estudos e os planos para realizarem tarefas alheias à escola. Se já é difícil melhorar a aprendizagem com comprometimento, planejamento e seriedade imaginem se isso falha (e como falha). O que se pode fazer?

Existem outros motivos que podem também afetar o aprendizado dos alunos:

- Se o professor não domina os conteúdos que deve ensinar tampouco os alunos vão aprender. Isso ocorre muitas vezes quando o professor é formado em uma área específica e é lotado em outra área que não tem afinidade ou conhecimento. Essa prática acontece em algumas escolas da rede pública e não é salutar para ninguém.

- Se o professor não está confortável com a disciplina que lhe é dada a ensinar, como, por exemplo: cada professor de língua portuguesa, para fechar a carga horária, tem que preencher com uma aula de arte, esse professor, se não tem qualquer habilidade nessa matéria, pode prejudicar os alunos e sentir-se incompetente, mesmo sendo referência na matéria de sua formação.

- professores temporários são, muitas vezes, colocados em sala de aula em detrimento de profissionais efetivos e concursados, sem qualquer critério, o que pode lesionar ainda mais o caquético sistema educativo de certos municípios onde essa prática é comum. Não que não existam professores efetivos que sejam exemplos de virtude, pois em todos os lugares e funções há tanto bons profissionais quanto maus profissionais.

- a família, devendo ser a primeira experiência de aprendizagem de que todos devem passar, era, tempos atrás, o pilar soberano da sociedade que educava seus filhos de forma tradicionalista e a igreja catequisava com doutrina castradora. Nos dias atuais, com a modernização da família e a desestrutura advinda de lares destruídos, algumas crianças estão chegando às escolas com sociopatias graves onde busca-se, a cada dia, formas de lidar com esses problemas modernos que desafiam os mais aplicados profissionais para atendimento de diversos problemas de uma única criança.

Como se isso não bastasse, há ainda muitos outros casos que desafiam o fazer escolar como as facilidades mundanas, o imediatismo, o mau uso das tecnologias, as drogas e, o mais grave, a desestrutura familiar. Essa que exclui e destrói o futuro de muitas crianças antes mesmo de chegarem à escola.

Nesse sentido, a escola necessita, mais do que nunca, de professores preparados e oferecer formações continuadas para atualizar os conhecimentos com estudos renovadores com diversas temáticas que despertem o interesse não só do aluno, mas dos professores também.

Segundo os PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a prática de todo professor, mesmo de forma inconsciente, sempre pressupõe uma concepção de ensino e aprendizagem que determina sua compreensão

dos papéis de professor e aluno, da metodologia, da função social da escola e dos conteúdos a serem trabalhados.

A discussão dessas questões é importante para que se explicitem os pressupostos pedagógicos que subjazem à atividade de ensino, na busca de coerência entre o que se pensa estar fazendo e o que realmente se faz.

Tais práticas se constituem a partir das concepções educativas e metodologias de ensino que permearam a formação educacional e o percurso profissional do professor, aí incluídas suas próprias experiências escolares, suas experiências de vida, a ideologia compartilhada com seu grupo social e as tendências pedagógicas que lhe são contemporâneas.

As tendências pedagógicas que se firmam nas escolas brasileiras, públicas e privadas, na maioria dos casos não aparecem em forma pura, mas com características particulares, muitas vezes mesclando aspectos de mais de uma linha pedagógica. Mas uma teoria teve a maior importância no estudo da evolução do conhecimento humano e deu suporte para a maioria das tendências que se conhece até hoje.

A prática pedagógica ainda não está madura com relação às novas vertentes que norteiam a educação, e os professores encontram muitas dificuldades para acompanhar o correr das inovações que se ampliam rapidamente. O estudo é vasto, profundo e científico, o que dificulta essa prática. Os professores já garantiram muitas vantagens com a Lei nº11.738/08 – Piso Salarial - e o fato de ter destinado 1/3 do tempo para o trabalho docente para planejar as atividades.

Mas ainda falta tempo direcionado para o estudo dessas vertentes, já que há os sábados letivos, capacitações, especializações e cursos nos finais de semana que comprometem o descanso do professor e o seu desempenho na sala de aula. Nesse caso, o professor poderia escolher onde e o que estudar, onde melhorar sua prática e ter todo apoio e tempo necessários.

A falta do estudo de didática é fato. Os professores entram sem o devido preparo em sala e são exigidos resultados sempre positivos, mas a realidade, no final, deixa muito a desejar.

A partir do estudo da Mestranda Leni Aparecida Souto Miziara, a escola, espaço de atuação dos educadores, mantém uma relação dialética com a sociedade, estabelecendo uma inter-relação que contribui para sua reprodução ou transformação. Esse movimento de reprodução e transformação é muitas vezes simultâneo o que traz implícito uma complexidade à prática dos educadores.

O EIXO IV do documento de referência da CONAE 2010 trata da Formação e Valorização dos Profissionais da Educação, das diferenças entre os Profissionais da Educação, Trabalhadores da Educação e Professores do Magistério, que são os docentes que trabalham diretamente no ensino e devem ser habilitados para tal.

A formação dos Profissionais do Magistério deverá ser pautada pelo desenvolvimento de uma sólida formação teórica e interdisciplinar – considerando a unidade entre a teoria e a prática, a pesquisa, a gestão democrática, no intuito de emancipar e transformar as relações sociais.

A formação de professores, no Brasil e no contexto atual, ocorre em cinco formatos institucionais:

- Nas escolas normais
- Nas IES;
- Nos Institutos Superiores de Educação;
- Nos CEFET's;
- Nos IFET.

A formação inicial deve ser articulada com a formação continuada presencial ou à distância e deve superar as situações emergenciais citadas do art. 161 do Documento de Referência da CONAE 2010.

3.2.1 IMPLICAÇÕES DA VALORIZAÇÃO E DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR

A valorização e a formação dos profissionais da Educação implicam:

- No reconhecimento das especificidades do trabalho docente;
- Na integração e interdisciplinaridade curriculares;
- No favorecimento da construção do conhecimento;
- Nos processos que visem à consolidação da identidade dos professores;
- No fortalecimento e ampliação das licenciaturas e implantação de políticas de formação continuada de pós-graduação;
- Nas ações ampliadas que beneficiem a formação de docentes para a educação superior, agregando-lhe a coordenação da formação de professores da educação básica;
- No Conselho técnico e científico da CTC-EB, que acompanha os processos de criação, credenciamento e autorização de cursos e sua avaliação permanente;
- Na reestruturação do currículo das instituições públicas e privadas, possibilitando a formação inicial e continuada dos educadores, visando o atendimento os anos iniciais do ensino fundamental aos anos finais do ensino médio; e
- Das centenas de cursos de Educação à Distância que as instituições oferecem, criando uma condição de formação sobre a qual se requer uma política de acompanhamento e avaliação constantes. Se bem estruturada e integrada a um conjunto de ações formativas presenciais, a formação continuada na modalidade EAD pode contribuir para democratizar o acesso a novos espaços e ações de formação.

Os locais de funcionamento de EAD devem ter estrutura que possibilitem a socialização de experiências com outros grupos de EAD para superar o isolamento e produzir novas relações sociais e culturais na atividade docente.

O quadro de formação inicial e continuada não é satisfatório no país, portanto, é necessário avaliar a qualidade dessa formação e o seu impacto na prática docente.

3.2.2 PROPOSTAS ESTRUTURAIS

Dado esse quadro que instiga a construção de medidas fortes e eficientes no processo de formação docente, algumas propostas e demandas estruturais altamente pertinentes são apresentadas no sentido de garantir as condições necessárias para o delineamento desse sistema público:

- Ampliar o papel da União na formação docente;
- Instituir um Fórum Nacional de formação dos profissionais do Magistério de forma democrática;
- Estabelecer regime de colaboração entre a União, Estados, DF e Municípios;
- Definir o papel das instituições de ensino, especialmente das universidades;
- Fortalecer instituições e centros de educação no tocante a formação inicial e continuada dos professores;
- Instituir programas de incentivo para professores e estudantes dos cursos de licenciatura;
- Ampliar vagas nas IES para cursos de licenciatura, de pós-graduação e formação continuada;
- Multiplicar a oferta de cursos presenciais das IES;
- Garantir estágios dos cursos de licenciatura;
- Criar programas de bolsas para alunos de licenciaturas;
- Ampliar e democratizar a distribuição de bolsas par professores da rede pública em nível de mestrado e doutorado, garantindo a licença remunerada sem prejuízo funcional;

- Fomentar a realização de projetos para a formação docente;
- Ofertar cursos de formação inicial e continuada aos professores do campo;
- Consolidar a formação superior para professores indígenas; e
- Implementar programas que contemplem a discussão sobre gênero e diversidade cultural e étnicorracial.

Em termos de gestão do subsistema de formação, o sistema nacional de educação e demais sistemas de ensino, em sua responsabilidade, devem promover, facilitar e assegurar acesso aos meios de formação inicial e continuada, por meio de medidas como:

- Legalizar a aplicação da dedicação exclusiva dos docentes em uma única instituição de ensino;
- Garantir ofertas de cursos, acesso e condições de frequência para formação inicial, especializações, mestrados e doutorados;
- Estabelecer diálogos com professores da educação, alunos, pais, responsáveis, comunidade

e e movimentos sociais;

- Promover o acesso dos educadores a diversos meios e equipamentos;
- Garantir financiamento de projetos viáveis de educadores; e
- Entrelaçar programas de pesquisa e de extensão das universidades e centros de pesquisa financiados pelo Poder Público.

A construção da autonomia intelectual dos professores para um exercício mais qualificado não é algo para ser resolvido por meio de punição ou premiação. Para avançar nesse sentido, é fundamental conceber e implementar programas amplos e orgânicos, de médio e longo prazos, pactuados entre universidades, sistemas de ensino e demais instituições educativas.

Tais programas devem promover ações voltadas para a formação de professores e gestores, visando garantir qualificação e apoio permanentes às práticas docentes e de gestão das escolas públicas.

Nesse contexto, avaliar a formação e a ação dos professores complementa um amplo processo de compromissos com a qualidade social da educação. A partir de uma autoavaliação institucional, pode-se identificar, por exemplo, lacunas na formação inicial passíveis de serem sanadas pelo desenvolvimento de um programa de formação continuada, assim como se poderão identificar, também, potenciais específicos em professores e demais profissionais em educação, seja em encontros pedagógicos semanais de coordenação pedagógica, seja no âmbito do próprio sistema de ensino.

A valorização do professor deve ser formada por uma política salarial mais ampla, que garanta o cumprimento dos preceitos constitucionais, isonomia salarial, reposição de perdas salariais, ampliação de um piso salarial nacional, reformulação das Diretrizes Nacionais de Carreira, implantação e implementação do Plano de Cargos e Carreiras.

O Plano de Cargos, Carreiras e Salários deve considerar, principalmente: Promoção, Progressão e Titulação, como critérios automáticos de desenvolvimento na carreira, garantindo o pagamento das despesas advindas de sua formação e titulação.

“Valorizar o professor é acreditar na educação e investir no futuro do país.”

3.2.3 A IMPORTÂNCIA DOS CONSELHOS E COLEGIADOS

Uma gestão considerada democrática investe na autonomia dos sujeitos para o compartilhamento das decisões, identificando o potencial de colaboração de cada pessoa e segmento escolar promovendo um trabalho coletivo na construção da cidadania e efetivação do processo democrático.

A função da educação escolar, pode-se concluir pelos fundamentos aqui expostos, como uma dimensão da cidadania, o que implica o **direito** de

todos os sujeitos ao conhecimento sistemático, como acesso ao saber historicamente acumulado, o patrimônio universal da humanidade. Esse direito está explicitado no inciso III, do Art. 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): “zelar pela aprendizagem dos alunos”, isso significa priorizar o processo de aprendizagem do aluno e possibilitar condições para a prática cidadã.

A Constituição Federal de 1988 dispõe no inciso VI, do artigo 206, que a educação escolar será ministrada com base em princípios, estando entre eles a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”.

Esta disposição constitucional é assumida na LDB/96, em seu artigo 3º, e complementada pelo artigo 14, que aponta os princípios norteadores no âmbito dos sistemas de ensino e das escolas, da seguinte forma:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/01, também estabelecia, como objetivos e prioridades, a [...] democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2002).

Os Conselhos escolares mereceriam um estudo detalhado e bem mais amplo e profundo, tamanha e relevante é sua importância. Eles têm respaldo legal e são importantes aliados do coordenador pedagógico nas questões sociais da escola, promovendo sempre, através de debate sobre temas que

precisam de atenção especial, um consenso onde a opinião da maioria é ouvida e cumprida. Lembrar que isso ocorre se a escola realmente praticar a gestão democrática.

MENDIETA in SANTOS (2006), sobre os conselhos escolares, cita que “o surgimento da Lei nº 5.692/71 – LDB – já aponta para a descentralização do poder dentro das esferas educacionais e estabelece que os Conselhos Estaduais de Educação poderiam dividir suas responsabilidades com os conselhos de educação municipal”.

No curso oferecido pelo MEC aos Conselhos de Educação das Escolas, pode-se encontrar um acervo riquíssimo sobre a prática da cidadania e da socialização. Quando há uma preocupação crescente dos sistemas educacionais em formar e informar a comunidade sobre o que se espera dela, em como pode e deve participar do crescimento, onde se define os meios de se fazer valer a voz do povo e com a responsabilidade de aprender a fazer, não é aceitável que a escola reclame de que não faz porque não sabe.

Outros colegiados, como os grêmios estudantis, conselhos de classe, sindicatos, associações e agremiações são igualmente importantes, pois refletem os anseios e representam cada grupo. Pedro Demo (1995) afirma que “Educação é obra coletiva, onde não cabe paciente, ouvinte, espectador. É intrinsecamente aprender a aprender, saber pensar, para melhor intervir.”

3.4 A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E A EQUIPE ESCOLAR

No que se refere ao planejamento, não se pode deixar de mencionar a coordenação pedagógica e o seu importante papel no processo de ensino e aprendizagem.

“Ao Núcleo Gestor da escola cabe a mobilização, sensibilização e coordenação das atividades de planejamento. Este deve criar mecanismos e condições favoráveis para envolver os demais segmentos visando a melhoria da qualidade do trabalho a ser desenvolvido.” (Aquino, Marisa Botão - PLANEJAMENTO NO CONTEXTO EDUCACIONAL CEARENSE. 2004-2006: LIMITES E POSSIBILIDADES”).

O avançar de uma escola no sentido do sucesso dos alunos é o que norteia o trabalho de uma equipe especialmente organizada para esse fim. Se o sucesso não ocorre, essa equipe deve, junto a toda comunidade escolar, traçar outras metas e ações, verificar todos os quesitos que possam ter contribuído para o resultado obtido.

Partindo da necessidade de se adequar aos perfis exigidos para as escolas públicas, foram criados os cargos de Coordenador Pedagógico dentro da gestão escolar. Por exigência das leis educacionais atuais, o investimento do professor/educador/coordenador para o desenvolvimento de suas capacidades é contínuo e sistemático. Sua formação e prática devem ser auto-avaliadas constantemente e revista para que haja uma melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem. Essa formação não pode ser tratada como acúmulo de cursos e técnicas, mas da construção de um processo reflexivo e crítico sobre a prática educativa.

A Coordenação Pedagógica, dentro de uma gestão democrática, deve atuar na parte de humanização da escola, envolver-se com o social e desenvolvê-lo, de modo que haja uma fluência nas relações entre todos os segmentos da escola, sendo: alunos, professores, equipe escolar, comunidade, pais e conselho escolar.

A partir dessas boas relações, pode-se pensar em uma escola de qualidade e democrática, onde todos participem de sua construção social. Essa construção deve ser sentida e vista de dentro da escola para fora (na comunidade) e de fora para dentro da escola, em cada indivíduo que dela participe, ou seja beneficiado, direta ou indiretamente, por seus serviços.

Uma coordenação pedagógica que recebe e dá a contribuição necessária e esperada para que a escola caminhe em direção ao sucesso, que planeja, organiza, executa, controla e avalia a qualidade e a execução dos planos e projetos educacionais, que auxilia e gerencia equipe, alunos e estrutura humana existente na escola, que tem o compromisso de prestar contas com a comunidade, que usa de transparência em suas ações e realizações e convida a comunidade a participar desse processo, constrói

assim, um forte e duradouro alicerce de uma sociedade ética e responsável, preocupada com o advento da modernidade e com o futuro de seus cidadãos.

Quando da aquisição da experiência emanada de anos de prática docente, o educador vai selecionando o que de melhor lhe apetece e suprimindo aquilo que já não surte o efeito esperado ou está obsoleto. Nesses tentames, as vivências dos outros professores ajudam na socialização dos saberes e na escolha do que pode ser mais útil, salutar e adequado ao contexto vivido.

Quando isso não acontece, espera-se, então, que o coordenador pedagógico interfira nesse momento para dar uma dinamicidade às práticas e experiências, tornando-as possíveis e organizando-as de modo a atender adequadamente cada problema de se apresenta dentro do momento oportuno.

Diante dessa reflexão sobre a complexidade da função de coordenador pedagógico, pode-se dizer que se insere nas ações de toda a escola, diante dos alunos nos desafios do dia-a-dia, nos professores coordenando o trabalho docente, na gestão da escola, nas políticas públicas e na prestação de contas com a comunidade sobre a aprendizagem dos seus educandos.

O pedagógico trabalhado dentro das esferas educacionais tencionando ajudar na prática escolar necessita esclarecimentos sobre a atuação docente com os sentidos que norteiam a pedagogia.

O importante ponto de vista da pesquisadora Maria Amélia Santoro Franco, quando defende que a tarefa de coordenar o pedagógico é muito complexa porque abrange clareza de posicionamentos políticos, pedagógicos, pessoais e administrativos. Como toda ação pedagógica, esta é uma ação política, ética e comprometida, que somente pode frutificar em um ambiente coletivamente engajado com os pressupostos pedagógicos assumidos.

De acordo com essas considerações, coordenar o pedagógico será instaurar, incentivar, produzir constantemente um processo reflexivo, prudente, sobre todas as ações da escola, com vistas à produção de transformações nas práticas cotidianas. Esse processo reflexivo deverá abranger todo o coletivo da

escola, especialmente os professores e toda a equipe de gestão, e se repercutir por todo ambiente escolar.

A Coordenação Pedagógica, em suma, tem de interpretar, compreender e vivenciar a prática escolar em toda sua ampla atuação, sendo, para tanto um educador formador.

De acordo com o Decreto 10.540 de 2001, a Coordenação Pedagógica, em consonância com os incisos IX, X e XI de suas atribuições legais, precisa participar dessa reflexão junto à direção colegiada questionando, entre outros elementos, sobre a forma de educar o ser humano do século XXI para assumir-se como sujeito dessas mudanças. Que objetivos educacionais devem ser privilegiados na escola pública para assegurar essa educação transformadora? Que diretrizes e pressupostos fundamentais devem guiar a prática educativa? Em síntese, que educação os alunos necessitam para ter uma vida que se insira na sociedade atual de forma digna e em condições de compreender e modificar a sua dinâmica?

O entendimento dessas questões reforça a ideia de que o coordenador pedagógico, enquanto elemento articulador da elaboração e execução da proposta pedagógica precisa estar em um processo permanente de formação, sendo o profissional capaz de preparar e sensibilizar os educadores sobre tais mudanças e o que estas exigem da educação contemporânea.

A inovação no campo educacional, no âmbito das ideias e a sua materialização, incidem sobre as pessoas envolvidas nesse processo, por conseguinte, serão eles, professores, coordenadores bem como toda a comunidade escolar, os agentes responsáveis pelas mudanças que deverão ocorrer. Isso evidencia que as transformações *in loco* devem ser um trabalho de equipe, no qual o discurso oficial, as pressões do ambiente não são suficientes para desencadear movimentos nem de evitá-los.

Transformar é, segundo Paulo Freire (1970), trabalho conjunto dos educadores sobre a práxis de cada segmento envolvido no processo educacional.

A preocupação com a melhoria da qualidade da Educação levantou a necessidade de descentralização e democratização da gestão escolar e, conseqüentemente, participação tornou-se um conceito nuclear.

Trabalhar em conjunto, no sentido de formação de grupo, requer compreensão dos processos grupais para desenvolver competências que permitam realmente aprender com o outro e construir de forma participativa. O grupo proporciona um clima de estabilidade e prazer em uma escola quando é coeso. Coeso no sentido não de pensamento homogêneo mas, em relação ao mesmo objetivo que é elevar o nível de aprendizagem dos alunos garantindo um ensino de qualidade. Para Pichon:

...um grupo obtém uma adaptação ativa à realidade quando adquire insight, quando se torna consciente de certos aspectos de sua estrutura dinâmica. Em um grupo operativo, cada sujeito conhece e desempenha seu papel específico, de acordo com as leis da complementaridade. (PICHON, 1998, P.15).

A participação é fundamental por garantir a gestão democrática da escola, pois é assim que todos os envolvidos no processo educacional da instituição estarão presentes, tanto nas decisões e construções de propostas (planos, programas, projetos, ações, eventos) como no processo de implementação, acompanhamento e avaliação.

A importância de uma Equipe Escolar envolvida no processo sócio-educativo permite “Envolver os diversos segmentos na elaboração e no acompanhamento do projeto pedagógico, constitui um grande desafio para a construção da gestão democrática e participativa.” (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – MEC e Secretaria da Educação Básica).

A escola passou a receber recursos diretos, os quais estão atrelados aos planos e projetos que precisam ser elaborados com a participação de toda a equipe escolar. Uma equipe bem estruturada e organizada, que trabalha em consonância com os objetivos e metas traçadas pelo coletivo e para o coletivo, tende a atingir o êxito de uma aprendizagem satisfatória com o mínimo de reprovação e evasão.

“A qualidade da gestão exige conhecimento, opção e fixação de metas e objetivos claros e precisos, a serem atingidos por toda a escola. Uma equipe comprometida e competente, envolvida nesses objetivos, criação, desenvolvimento e implantação de métodos, processos e obtenção de recursos que viabilizem o que foi planejado e pretendido; articulação política e liderança e a criação de um ambiente que mobilize o conjunto da escola.” (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – MEC e Secretaria da Educação Básica)

GANDIN (1999), não apenas define planejamento participativo em sua obra, ele também determina os critérios e os pontos essenciais que devem ser observados nessa tarefa:

“Muito mais importante do que ler as definições (sobre planejamento), espera-se que o grupo tente o seguinte:

- a) descobrir os pontos essenciais comuns a todas (as definições);
- b) compará-las com outras que o grupo conhece ou vive;
- c) questionar todas as definições em virtude da prática do grupo e da teoria que tenta explicar esta prática;
- d) se for o caso, optar por uma das definições e/ou elaborar outra.

Todas as definições que incluo - elas serão muito mais, provavelmente - têm em comum pontos essenciais, sem o que não se pode falar em planejamento.

- a) Planejar é transformar a realidade numa direção escolhida.
- b) Planejar é organizar a própria ação (de grupo, sobretudo).
- c) Planejar é implantar "um processo de intervenção na realidade" (ELAP)
- d) Planejar é agir racionalmente.
- e) Planejar é dar certeza e precisão à própria ação (de grupo, sobretudo)
- f) Planejar é explicitar os fundamentos da ação do grupo.

- g) Planejar é pôr em ação um conjunto de técnicas para racionalizar a ação.
- h) Planejar é realizar um conjunto orgânico de ações, proposto para aproximar uma realidade a um ideal.
- i) Planejar é realizar o que é importante (essencial) e, além disso, sobreviver... se isso for essencial (importante).

O grupo que adotar qualquer dessas definições estará iniciando a correção dos problemas que o planejamento comumente apresenta. Melhor: estará colocando em sua reflexão alguns elementos que tenderão a questionar continuamente sua ação.

Esse questionamento se fará, essencialmente, em três sentidos:

- a) no planejamento temos em vista a ação, isto é, temos consciência de que a elaboração é apenas um dos aspectos do processo e que há necessidade da existência do aspecto execução e do aspecto avaliação;
- b) no planejamento temos em mente que sua função é tomar clara e precisa a ação, organizar o que fazemos, sintonizar ideias, realidade e recursos para tornar mais eficiente nossa ação;
- c) “temos como definida e em evidência a ideia de que todo o autoritarismo é pernicioso e que todas as pessoas que compõem o grupo devem participar (mais ou menos, de uma forma ou de outra) de todas as etapas, aspectos ou momentos do processo.” (GANDIN 1999).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens descritas neste estudo norteiam, de forma bastante clara, os conceitos de Planejamento, sua concepção histórica, legal e as teorias dos autores mais conceituados e conhecedores dos assuntos relacionados no estudo.

O presente estudo foi construído segundo as etapas de ideias, que foram rejeitadas e acolhidas, a escolha de uma ideia que parecia atraente, mas não prática e, por fim, o amadurecimento da ideia central que foi escolhida devido à necessidade que se tinha de conhecer mais sobre Planejamento.

“Depois da experiência vivida, das leituras realizadas e da pesquisa feita em nossas escolas, confesso que revi alguns conceitos um tanto românticos que tinha sobre planejamento. Hoje percebo com mais clareza suas limitações no campo escolar e educacional como um todo, sei que muitos fatores precisam atuar em conjunto para que possamos vislumbrar um horizonte com mais luz e brilho (Aquino, Marisa Botão - PLANEJAMENTO NO CONTEXTO EDUCACIONAL CEARENSE. 2004-2006: LIMITES E POSSIBILIDADES)”

Com esta ação não se pretende esgotar a temática, pois somos conscientes de que esta produção enfoca uma contribuição com o intuito de subsidiar ações futuras de profissionais da área que tenham a intenção de aprofundar o assunto.

Creemos que o planejamento educacional é uma ação racional que distancia os profissionais da improvisação e poderá, enquanto ferramenta de gestão, oportunizar uma melhor ação docente e, por conseguinte a garantia de melhores resultados nos indicadores educacionais.

Evidenciamos, com este trabalho, a necessidade de se planejar todas as nossas ações com objetivos específicos a serem alcançados e, no âmbito educacional, sua imprescindível utilidade no fazer pedagógico para se alcançar uma aprendizagem satisfatória, no que se refere ao cotidiano escolar.

“A educação, a escola e o ensino são os grandes meios que o homem busca para poder realizar o seu projeto de vida. Portanto, cabe à escola e aos professores o dever de planejar a sua ação

educativa para construir o seu bem viver”. (MENEGOLLA & SANT’ANNA, 2001, p.11).

A comunidade escolar tem muito a aprender com atividades educativas que sejam elaboradas e organizadas dentro de um planejamento bem articulado que objetive o sucesso do aluno e, conseqüentemente, de toda a comunidade escolar, o que reflete diretamente na sociedade.

O planejamento que é direcionado para o sucesso do aluno (sua aprendizagem), vai contribuir também para sua vida pessoal e social, criando maiores possibilidades em suas metas futuras.

Um trabalho assim nunca é terminado e, espero, outros venham a contribuir com este tema para que professores, educadores, administradores e demais interessados possam ter mais fontes que possam enriquecer suas práticas no planejar.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Marisa Botão - **Planejamento No Contexto Educacional Cearense (2004-2006): Limites e Possibilidades**. UECE. 2008.

ATHENA • Revista Científica De Educação. **A Importância Do Planejamento Das Aulas Para Organização Do Trabalho Do Professor Em Sua Prática Docente**. V. 10, N. 10, Jan./Jun. 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em cinco de outubro de 1988.

_____. Indicadores da Qualidade na Educação – **Coordenadores**. Edição Revista/Ação Educativa, UNICEF, PNUD, INEP – MEC – São Paulo: Ação Educativa, 2005.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

COLEÇÃO Políticas Educacionais. **Gestão Democrática: A perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia**. Alternativa, Sintego, 2003.

CONAE. **Documento Referência da Conferência Nacional da Educação**. 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas S. A., 1995.

FERRAZ, Marco Antônio - **Administrar: função do professor?** – Artigo publicado na Revista Vida e Educação. Ano 4 nº 19 – Maio – Junho/2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio**. Curitiba: Positivo, 2004. p. 1575.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Coordenação Pedagógica: Uma Práxis em Busca de Sua Identidade**. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/viewFile/1176/1187>. Acesso: maio/2014.

FUSARI, José Cerchi. **O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas**. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p044-053_c.pdf. Acesso em: julho/2014.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. Petrópolis, R. J: Vozes, 1999.

_____. **O planejamento como ferramenta de transformação da prática educativa**. Disponível em: [www.maxima.art.br/arq_palestras/planejamento_como_ferramenta_\(completo\).doc](http://www.maxima.art.br/arq_palestras/planejamento_como_ferramenta_(completo).doc). Acesso em agosto/2014.

GARAUDY, R., **Projeto Esperança**, Rio de Janeiro, 1978, p. 84

GROSSI Gabriel Pillar. Revista Nova Escola. Edição Especial – **Planejamento**. Nº 21 – Janeiro de 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, **1994 (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor)**.

MEC – Ministério da Educação e Cultura. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos – Avaliação e Planejamento** – Caderno 4 – SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – 2006.

MENDIETA, A. A. **Organização da educação brasileira e gestão democrática nos sistemas de ensino.**

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?** 10ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MIZIARA, Leni Aparecida Souto. **A Coordenação Pedagógica E A Sua Importância Para A Ação-Reflexão Docente.** Disponível em: www.neppi.org/gera_anexo.php?id=486. Acesso: abril/2014.

MORETTO, Vasco Pedro. **Planejamento: Planejando a educação para o desenvolvimento de competências.** Petrópolis, RJ: 3ª ed. Vozes.

NERVI, J. Ricardo. **Introducción. Prólogo.** In: Pestalozzi, Johann H. Como Gertrudis ensina a sus hijos. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1967.

PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do Vínculo.** Livraria Martins Fontes, 6ª Edição, São Paulo, 1998.

PILETTI, Cláudio. **Didática geral.** 23ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

SANTIAGO, Anna Rosa Fontella. **Projeto Político Pedagógico e Organização curricular: Desafios de um Novo Paradigma.** In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro, e FONSECA, Marília. (orgs). As Dimensões do Projeto Político – Pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 141 – 173.

SANTOS, Geandra Cláudia Silva. **Planejamento: processo de reflexão e ação político-pedagógico.** In: Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará – A gestão pedagógica e o desempenho escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005. 100 P. (Coleção gestão escolar).

SEDUC. **A gestão pedagógica e o desempenho escolar.** Secretaria da Educação Básica do Ceará – Fortaleza: Edições SEDUC, 2005.

SCHMITZ, Egídio. **Fundamentos da Didática.** 7ª Ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2000. (p. 101 a 110).

VASCONCELOS, C.S. **Planejamento: Plano de Ensino-aprendizagem e projeto educativo.** São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos A. FONSECA, Marília (Orgs.). **As Dimensões do Projeto Político Pedagógico.** Campinas: Papirus, 2001.

Consultas Internet

PORTAL EDUCAÇÃO-

<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/45637/orgaos-colegiados-na-escola-o-papel-do-conselho-escolar-da-associacao-de-pais-e-mestres-apm-e-do-gremio-estudantil#ixzz3AJkGhB5y>

<http://planejamentoeducacional.webnode.com.br/planejamento-curricular/>

<http://planejamentoeducacional.webnode.com.br/tipos-niveisdeplanejamento/>